

Necessidades de intervenção diferenciadas de acordo com o modelo risco-necessidade-responsividade: Evidências de uma tipologia empírica de adolescentes infratores brasileiros

Lais Sette Galinari y Marina Rezende Bazon
Universidade de São Paulo, Brasil

Para o modelo teórico e metodológico do Risco-Necessidade-Responsividade, considera-se as necessidades interventivas aqueles aspectos dinâmicos que devem ser trabalhados em um contexto interventivo com foco na prevenção da reincidência. O estudo teve objetivo de caracterizar as necessidades interventivas dos adolescentes da amostra considerando o pertencimento a diferentes perfis, identificados previamente. Os 400 adolescentes em conflito com a lei pertencentes aos diferentes perfis foram caracterizados por meio de análises de ANOVA e pós-teste de Bonferroni. Foi identificado que os quatro perfis se diferenciavam entre si em relação as necessidades interventivas apontadas como relevantes de serem avaliadas segundo o modelo R-N-R. Os resultados reforçam a hipótese da heterogeneidade entre adolescentes em conflito com a lei, o que demandaria a realização de intervenções diferenciais e personalizadas.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei, análises de conglomerados, avaliação de necessidades, comportamento antissocial

Necesidades de intervención diferenciadas según el modelo riesgo-necesidade-responsividad: Evidencias de una tipología empírica de adolescentes infractores brasileños

El modelo teórico y metodológico de Riesgo-Necesidad-Responsividad considera que las necesidades de intervención son aquellos aspectos dinámicos que deben trabajarse en un contexto de intervención centrado en la prevención de la reincidencia. El objetivo del estudio fue caracterizar las necesidades de intervención de diferentes perfiles de adolescentes. La muestra estaba formada por 400 adolescentes en conflicto con la ley y se realizaron análisis ANOVA y Bonferroni post-test. Se constató que los cuatro perfiles diferían en cuanto a las necesidades de intervención identificadas como relevantes para ser evaluadas según el modelo R-N-R. Los resultados refuerzan la hipótesis de heterogeneidad entre los adolescentes en conflicto con la ley, lo que requeriría intervenciones diferenciales y personalizadas.

Palabras clave: adolescentes en conflicto con la ley, comportamiento antissocial, análisis de conglomerados, evaluación de necesidades

Lais Sette Galinari  <https://orcid.org/0000-0001-9959-2314>

Marina Rezende Bazon  <https://orcid.org/0000-0002-8037-8710>

Toda correspondência referente a este artigo deve ser enviada para Doutora Lais Sette Galinari.
Email: laissette@gmail.com



Differential intervention needs according to the r-n-r model: Evidence from an empirical typology of Brazilian adolescent offenders

The theoretical and methodological model of Risk-Need-Responsiveness considers intervention needs to be those dynamic aspects that should be worked on in an intervention context with a focus on preventing recidivism. The aim of the study was to characterize interventional needs of different profiles. The sample consisted of 4 profiles, composed by 400 adolescents in conflict with the law and ANOVA and Bonferroni post-test analyses were carried out. It was found that the four profiles differed in terms of the interventional needs identified as relevant to be assessed according to the R-N-R model. The results reinforce the hypothesis of heterogeneity among adolescents in conflict with the law, which would require differential and personalized interventions.

Keywords: adolescents in conflict with the law, antisocial behavior, cluster analysis, needs assessment

Besoins d'intervention différenciés selon le modèle Risque-Besoins-Responsabilité: résultats d'une typologie empirique d'adolescents délinquants brésiliens

Le modèle théorique et méthodologique Risque-Besoins-Responsabilité considère les besoins d'intervention comme les aspects dynamiques sur lesquels il convient de travailler dans un contexte d'intervention axé sur la prévention de la récidive. L'objectif de l'étude était de caractériser les besoins d'intervention de différents profils d'adolescents. L'échantillon était composé de 400 adolescents en conflit avec la loi et des analyses ANOVA et Bonferroni post-test ont été effectuées. Il a été constaté que les quatre profils différaient en termes de besoins d'intervention identifiés comme pertinents à évaluer selon le modèle R-N-R. Les résultats renforcent l'hypothèse de l'hétérogénéité des adolescents en conflit avec la loi, qui nécessiterait des interventions différenciées et personnalisées.

Mots clés: adolescents en conflit avec la loi, comportement antisocial, analyse en grappes, évaluation des besoins.

Segundo as normativas vigentes, o atendimento ao adolescente em conflito com a lei deve considerar que os jovens estão em uma fase peculiar do desenvolvimento humano. Estão em uma etapa da vida que se caracteriza por alterações súbitas e simultâneas hormonais, neurais, sociais, bem como da própria personalidade, experimentando mais pressões da vida e estresse. Por essa razão, são mais vulneráveis à implicação em comportamentos de risco (incluindo os desviantes) e, quando necessário um acompanhamento socioeducativo, esse deve ser especializado. Assim, o sistema socioeducativo, embora deva trabalhar no sentido de responsabilizar socialmente o adolescente pelo ato infracional praticado, deve também o proteger e criar condições para o seu pleno desenvolvimento, atentando-se a suas necessidades e dificuldades no plano psicossocial. Nesse sentido, o foco das ações de intervenção psicossocial, no quadro das medidas judiciais, deve ser o das necessidades e dificuldades que mantêm relação com a prática de atos infracionais (Beijing, 1985; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [SINASE], 2012).

O tema das intervenções psicossociais junto a adolescentes em conflito com a lei com foco na diminuição da reincidência é tratado por Andrews e Bonta (2010). Os autores propõem um modelo de avaliação e de intervenção que se pauta em três princípios, que são o do risco, o da necessidade e o da responsividade (RNR). O princípio do risco propõe a importância de alinhar o nível do serviço (a intensidade da intervenção, abarcando considerações sobre o nível de restrição de liberdade e o nível de enquadramento) ao do risco de reincidência; o princípio da necessidade propõe que a intervenção psicossocial (mediante avaliação psicossocial) focalize as necessidades criminogênicas apresentadas pelo adolescente (ou seja, aquelas relacionadas aos fatores de risco dinâmicos suscetíveis à intervenção psicossocial, efetivamente associados à persistência da conduta infracional); e o princípio da responsividade propõe

a maximização do aproveitamento da intervenção psicossocial realizada, oferecendo um tratamento cognitivo-comportamental, alinhado ao estilo de aprendizagem, ao nível de motivação, às habilidades e às forças/recursos do adolescente. Evidências da literatura apontam que os programas de intervenção na área que seguem esses princípios são mais bem-sucedidos que os que não seguem e que propõem atividades e ações mais generalizadas, para todos os adolescentes de um mesmo serviço (Andrews & Bonta, 2010; Viljoen et al., 2018).

Na perspectiva do modelo RNR, meta-análises acerca dos fatores associados à persistência da conduta infracional (Andrews & Bonta, 2010; Viljoen et al., 2018) denotaram oito dimensões de risco, sendo uma delas atinente a fatores estáticos e sete atinentes a fatores dinâmicos, representativos de necessidades interventivas. A dimensão de risco estático remete ao próprio histórico de problemas de comportamento do jovem, incluindo a passagem pelo sistema judicial. Os fatores estáticos não são suscetíveis à intervenção direta, mas são relevantes para a estimativa do nível de risco. As dimensões de fatores dinâmicos, por seu turno, remetem às necessidades mais relevantes, ditas “necessidades criminogênicas”. São elas: a) padrão de personalidade antissocial (dificuldade no controle dos impulsos, hostilidade, raiva/irritabilidade, agressividade); b) atitudes antissociais (atitudes negativas frente às normas, às leis, racionalizações acerca dos delitos, justificando-os, por meio de atitudes pró-crime); c) suporte social para o crime (amigos infratores); d) abuso de substâncias psicoativas; e) relacionamentos familiares problemáticos (habilidades parentais inadequadas, vínculo familiar fragilizado); f) escola/trabalho (baixo desempenho e baixa satisfação); g) atividades recreacionais (baixo envolvimento em atividades de lazer pró-sociais). De acordo com os autores, os fatores nessas dimensões, se presentes para um determinado adolescente ou grupo de adolescentes, devem ser o foco da intervenção para mudança.

Nesse enquadre teórico-metodológico, meta-análises relativas à avaliação de programas de intervenção indicam que aqueles que focalizam as necessidades criminogênicas apresentam uma redução significativa na reincidência infracional (Lipsey, 2009; Lowenkamp

& Latessa, 2004; Pappas & Dent, 2021). Assim, pesquisas na área se orientaram pelo objetivo de identificar as necessidades interventivas mais frequentes e importantes visando a estruturação de programas de acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei (Barnes-Lee, 2020; Haqanee et al., 2015; Mei et al., 2021). Mei et al. (2021), por exemplo, com amostra de 45.975 adolescentes do sistema juvenil estadunidense identificaram fatores em seis grandes dimensões: escola (investimento, desempenho escolar e crenças em relação a escola), associação a pares infratores, família (práticas parentais inadequadas e conflitos no ambiente familiar), uso abusivo de substâncias, problemas de saúde mental e cognições (agressividade e crenças antissociais). A partir dessa avaliação, são apresentadas indicações de intervenções que deveriam ser realizadas em cada uma das dimensões, no contexto dos programas vinculados à justiça juvenil.

Considerando a heterogeneidade que caracteriza os adolescentes que se encontram no sistema socioeducativo (Cuervo et al., 2020; Galinari & Bazon, 2021; Maneiro et al., 2023), algumas pesquisas trabalham com “perfis de adolescentes infratores”, no sentido de identificar “perfis de necessidades interventivas”. Campbell et al. (2019), por exemplo, identificaram, por meio de uma análise de perfil latente, três perfis de necessidades, com dados de uma amostra de 1.223 adolescentes em conflito com a lei: a) necessidades interventivas mínimas; b) necessidades no âmbito dos relacionamentos familiares e escolares; e c) múltiplas necessidades (em todas as dimensões investigadas). Amato et al. (2021), usando o mesmo método de análise, identificaram seis perfis distintos em termos de risco de reincidência e necessidades interventivas: a) baixo risco e baixa necessidade; b) baixo risco e necessidade moderada; c) baixo risco, porém com histórico na justiça juvenil (indicativo de necessidade de intervenção alta); d) necessidades acadêmicas, no plano da saúde mental e do uso de substâncias; e) necessidades de desenvolvimento de habilidades sociais e tomadas de decisão; f) necessidade em todos os âmbitos e alto risco de reincidência. Tais pesquisas discutem a importância de se ter programas ajustados aos perfis de jovens aos quais se dirige de modo prevalente, e de se fornecer serviços

e intervenções psicossociais especializadas, considerando as particularidades dos adolescentes, uma vez que nem todas as necessidades interventivas se farão presentes para todos os jovens na mesma intensidade (Campbell et al., 2019; D'Amato, 2021; Maneiro, 2022).

No contexto brasileiro, com o objetivo de testar a hipótese exploratória da existência de diferentes perfis, Galinari e Bazon (2021) trabalharam com dados de uma amostra de 400 adolescentes em conflito com a lei, realizando também uma análise de classes latentes. As autoras identificaram quatro subgrupos na amostra, atinentes a quatro perfis diferentes no que se refere ao padrão de conduta infracional/delituosa e aos fatores de risco e de proteção associados. Os perfis identificadas e descritos foram: a) **Perfil 1 (P1)** (18% da amostra) – composto por adolescentes que apresentavam pontuações indicativas de um padrão de conduta normativo - remetendo à uma delinquência dita “comum” -, se assemelhando, portanto, à população geral, sem qualquer destaque na caracterização psicossocial – também se assemelhando ao da população geral; b) **Perfil 2 (P2)** (16% da amostra) – composto por adolescentes que apresentavam um padrão de conduta caracterizada por prática de delitos em frequência superior ao da população geral, exclusivamente contra a propriedade (sem envolvimento em delitos violentos). No plano psicossocial, destacaram-se dificuldades no desempenho escolar e orientação antissocial (cognições - valores e atitudes antissociais); c) **Perfil 3 (P3)** (24,5% da amostra) – composto por adolescentes que apresentavam um padrão de conduta mais grave, caracterizado por envolvimento em infrações/delitos violentos, ainda que em baixa frequência. No plano psicossocial, destacaram-se conflitos familiares e escolares e dificuldades no controle dos impulsos, ainda que as pontuações em orientação antissocial (cognições - valores e atitudes) tenha ficado na faixa normativa (i.e. sem marcada/destacada orientação antissocial); d) **Perfil 4 (P4)** (41,5% da amostra) – composto por adolescentes apresentando padrão de conduta ainda mais grave, manifesta mais precocemente, caracterizando-se por mais alta frequência e maior versatilidade (denotando implicação em uma variedade maior de delitos diferentes), incluindo delitos violentos. No plano

psicossocial, nesse subgrupo, destacaram-se baixa vinculação social (frágil ligação com instituições como família e escola), orientação marcadamente antissocial e baixo controle dos impulsos. Esse remeteu a um perfil com mais problemas nas três dimensões avaliadas (a condutual, a pessoal e a social, sendo que, nessa última – a social –, destacou-se a experiência de violência intrafamiliar).

O estudo de Galinari e Bazon (2021) identifica e descreve as diferenças em meio aos adolescentes investigados, considerando as variáveis/fatores estáticos e dinâmicos, em diferentes domínios, compatíveis às dimensões destacadas no modelo R-N-R. A partir dos resultados, inferem-se a existência de diferentes perfis de necessidades interventivas no contexto sociocultural brasileiro. Todavia, a análise realizada pelas autoras não tinha por foco a identificação das necessidades de intervenção psicossocial, tendo incluído também fatores de risco estáticos (como histórico de implicação em delitos) e focalizado um número reduzido de variáveis, trabalhando apenas com respostas dicotômicas, uma exigência do método de análise de classes latentes, em vista à obtenção de um modelo estatístico mais parcimonioso. Por conta disso, a identificação e a apreciação das necessidades interventivas de cada um dos perfis não foram efetivamente evidenciadas nessa primeira abordagem dos dados.

Nesse cenário, a proposta do presente estudo é caracterizar os perfis identificados por Galinari e Bazon (2021) no tocante às necessidades de intervenção psicossocial, de acordo com as diretrizes do modelo R-N-R. Uma vez caracterizados os perfis, em termos de necessidades psicossociais, visa-se discutir implicações deste conhecimento para os programas socioeducativos, no campo da justiça juvenil. Espera-se, desse modo, contribuir com a reflexão acerca das características dos adolescentes em conflito com a lei, a importância de se planejar programas especializados e da realização de ações interventivas personalizadas.

Método

Na presente investigação trabalhou-se com os dados armazenados em banco, os mesmos do estudo de Galinari e Bazon (2021). Esses, conforme o mencionado, foram coletados junto 400 adolescentes judicializados em função da prática de infrações, do sexo masculino, que compuseram uma amostra de conveniência. O banco foi formado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 77903617.5.0000.5407). Os adolescentes que compuseram a amostra tinham 16 anos ou mais (média de idade de 16,98 anos, com desvio padrão de 0,78). Em relação à classe socioeconômica dos adolescentes, obteve-se a seguinte distribuição: A2 (1%); B1 (1%); B2 (11%); C1 (37%); C2 (33%) e D-E (18%). Observou-se a concentração dos adolescentes nas classes socioeconômicas mais baixas. Em relação à distribuição dos adolescentes quanto à raça/cor, segundo o indicado em seu registro institucional, observou-se que 26% foram considerados brancos, 50% pardos e 13% pretos. Para 12% da amostra não havia registro dessa variável.

Em relação ao número de medidas socioeducativas cumpridas previamente, 41,5% dos adolescentes relataram estar cumprindo a medida pela primeira vez; 23,5% relataram ser a segunda; 15,5% a terceira; 10% a quarta; 9,4% a quinta (ou mais). A maioria teria, portanto, se declarado reincidente no sistema de justiça juvenil (58,5%) e estaria em medidas restritivas de liberdade (84%), destinadas, segundo a legislação brasileira, a adolescentes que tenham praticado ato infracional “mediante grave ameaça ou violência a pessoa” ou “por reiteração no cometimento de outras infrações graves” ou “por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (art. 122, ECA, 1990; SINASE, 2012). Conforme apresentado em Galinari e Bazon (2021), não foram identificadas evidências de diferenças significativas entre os perfis em relação a essas variáveis de caracterização sociodemográfica.

Instrumentos e medidas

Para análise das necessidades interventivas prevalentes nos perfis, foram utilizadas medidas provenientes de quatro instrumentos: Questionário de comportamentos juvenis (QCJ), Inventário Jesness

Revisado Brasileiro (IJ-R-Br), Escala de Autocontrole (EAC) e Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA).

Questionário de comportamentos juvenis (QCJ)

Um instrumento que busca levantar informações acerca da implicação dos adolescentes em conduta delituosa (independentemente de esta ser conhecida da polícia/justiça), e fatores de risco e de proteção associados. Conta com versão adaptada e validada para o contexto socio-cultural brasileiro por Komatsu e colaboradores (2021). Em relação à correção, as escalas produzem, inicialmente, escores brutos. Em seguida, esses escores brutos são transformados em escores T, tendo por base os dados de uma amostra de referência, usados no estudo de adaptação, composta por 836 estudantes em escolas públicas e privadas, do sexo masculino (11 e 18 anos) (Komatsu et al., 2021). Os alfas de Cronbach nas escalas variaram de 0,23 a 0,89 e as correlações intradomínio foram significativas em 81% dos casos, com coeficientes variando de 0,10 a 0,54.

Desse instrumento foram utilizadas as seguintes medidas por representarem necessidades interventivas importantes no plano individual e social: Impulsividade (baixa capacidade de controle dos impulsos), atitude violenta (Percepção de sentimentos de raiva), oposição a figuras de autoridade, frequência de uso de drogas (soma da frequência de declarou usar diferentes tipos de droga – álcool, maconha e outros), supervisão parental (conhecimento por parte dos pais de locais que o jovem frequenta), investimento familiar (tempo passado em conjunto), apego parental (sentimentos positivos e proximidade), atraso escolar (atraso escolar em anos), vínculo escolar (apeço pelo ambiente escolar), problemas de comportamento na escola, valores positivos frente à escola e aos estudos, rotina desestruturada e pares antissociais. Os escores brutos das escalas frequência de uso de substâncias e atraso escolar foram utilizados por não terem comparação com a população de referência.

O Inventário Jesness Revisado Brasileiro (IJ-R-Br)

A versão adaptada e validada para o Brasil do *Jesness Inventory – Revised* (Costa et al., 2019). Este instrumento é composto por 160

sentenças afirmativas, às quais o adolescente deve responder verdadeiro ou falso. O instrumento avalia opiniões/pensamentos/crenças, atitudes, percepções/distorções, sentimentos/emoções, defesas psicológicas e, também alguns traços de personalidade mais associados à conduta delituosa, como Impulsividade, Busca de Sensações e Hostilidade (Jesness, 2003). Diferentes combinações entre estes itens proporcionam escores em 12 escalas diferentes. Os alfas de Cronbach nas escalas variam entre 0,70 e 0,86 e foram obtidos a partir de uma validação com amostra de adolescentes brasileiros ($n = 346$). As respostas do tipo “concordo” ou “discordo” produzem escores brutos que são, em seguida, padronizados por meio de comparação do escore T. A média do escore T é 50 e o desvio padrão é 10 (Jesness, 2003).

Das 12 escalas do instrumento, no presente estudo, focalizaram-se somente as que representam necessidades interventivas relevantes no plano individual: Desadaptação Social (DS; Atitude favorável a adoção de comportamentos antissociais), Autismo (Au; distorção de si e da realidade) Agressividade Manifesta (AM; percepção de sentimentos de raiva). Ademais, considerou-se o Índice de Associabilidade (IA), que é uma medida aferida matematicamente, a partir dos escores em outras escalas, e é considerada um indicador do risco de reiteração infracional (Costa et al., 2019).

A Escala de Autocontrole (EAC)

Adaptada ao contexto brasileiro por Gouveia et al. (2013). A Escala operacionaliza a conceituação de baixo autocontrole proposta por Gottfredson e Hirschi, que se relaciona com a tendência de não aderir a benefícios pessoais de curto prazo em detrimento de interesses pessoais e coletivos a longo prazo. Em relação às evidências de validade, o estudo realizado com 244 estudantes brasileiros indicou alphas de Cronbach nas dimensões variando de 0,62 a 0,82 (Gouveia, dos Santos, Guerra, Fonseca & Gouveia, 2013). No presente estudo, foi utilizada a medida de escore geral de autocontrole. O escore bruto foi convertido em T padronizado tendo como população de referência 84 adolescentes do sexo masculino de 14 a 18 anos. Sublinha-se que quanto mais alta a pontuação, mais baixo o autocontrole.

O Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette)

Um instrumento desenvolvido no contexto sociocultural brasileiro por Del Prette e Del Prette (2009). Ele é composto por 38 itens, com respostas em escala tipo *likert*, que investigam a reação do adolescente/a tomada de decisão frente a uma situação social descrita. O inventário permite avaliar as habilidades sociais do adolescente em um escore total e em seis subescalas, seja quanto à frequência de emissão, seja quanto à dificuldade para a emissão da resposta na referida habilidade: Empatia; Autocontrole; Civilidade; Assertividade; Abordagem Afetiva e Desenvoltura Social. (Del-Prette & Del Prette, 2009). O coeficiente alpha de Cronbach nas escalas, para a frequência, variou entre as escalas de 0,61 a 0,89. No presente estudo consideraram-se as frequências em todas as subescalas (Del Prette & Del Prette, 2009).

Procedimentos de análise dos dados

No estudo de identificação dos perfis, Galinari e Bazon (2021) realizaram análises de classes latentes utilizando 12 variáveis binárias concernentes a fatores de risco investigados pelo QCJ e pelo IJ-R-Br e indicadores da gravidade da conduta delituosa (frequência e diversidade de delitos autorrevelados, violentos e não violentos). No presente estudo, para identificar as necessidades interventivas de cada perfil, os escores nas medidas foram, desta vez, tratados de maneira contínua, de modo a verificar diferenças em termos de intensidade. Vale dizer que o procedimento de caracterização abarcou oito dentre as 12 empregadas na identificação dos perfis e mais 17 variáveis adicionais. As quatro variáveis do estudo inicial que foram excluídas nas análises do presente estudo remetem a indicadores da gravidade da conduta delituosa e não a necessidades interventivas.

Para a análise dos dados provenientes do QCJ, do IJ-R-Br e da EAC, trabalhou-se com o escore T padronizado. O escore T padronizado permite a identificação de uma faixa de normalidade (entre 40 e 60), sendo que pontuações acima dessa faixa podem indicar a necessidades interventivas na variável em questão. A caracterização dos perfis

se deu pelo cálculo das médias e desvios padrões nos constructos. Com os dados do IHSA, optou-se por trabalhar com a variável categórica “Repertório geral deficitário em Habilidades Sociais”, que é a proporção de adolescentes com indicativo de “repertório abaixo da média inferior” ou “repertório médio inferior”, na frequência da HS avaliada. Para essas variáveis, calculou-se a distribuição dos adolescentes em cada perfil.

Para as comparações dos perfis nas diversas variáveis numéricas, primeiramente, realizou-se o teste de normalidade de Shapiro-wilk e o teste de homogeneidade das variâncias de Levene. Como os pressupostos necessários foram atingidos, realizou-se ANOVA unilateral para a comparação. Em seguida foi realizado o pós-teste de Bonferroni para verificar quais dos perfis diferenciavam-se significativamente, adotando-se um $p < 0,05$ e calculando-se o tamanho do efeito da diferença por meio do d de Cohen. Para a interpretação do valor deste valor, considerou-se os seguintes parâmetros: Baixo tamanho de efeito até 0,2; médio tamanho de efeito entre 0,2 e até 0,5; grande tamanho de efeito entre 0,8 e até 1,2 e tamanho de efeito muito grande acima de 1,20. Para a comparação dos perfis nas variáveis categóricas, foi realizado o teste qui-quadrado e, também, adotado o $p < 0,05$, como nível de significância. Essas análises foram realizadas no software SPSS. Em seguida, foi realizada uma descrição qualitativa sumária dos perfis, considerando suas principais características sociais e psicológicas, levando em conta o significado em relação as necessidades interventivas.

Resultados

Na tabela 1 apresenta-se a caracterização da amostra geral e dos perfis nas diversas variáveis consideradas como representativas de necessidades psicossociais, assim como os resultados da ANOVA unidirecional. Os resultados das comparações múltiplas entre os perfis do pós-teste de Bonferroni e os cálculos do tamanho de efeito (d de Cohen) das diferenças entre os perfis podem ser analisados dos apêndices 1 e 2, respectivamente.

Tabela 1

Caracterização geral e por perfil das necessidades interventivas pessoais e ANOVA Unidirecional

	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Geral	ANOVA				
						SQ	gl	QM	F	p
Frequência uso de drogas										
Média	8,60	11,13	14,17	16,61	13,51	Entre grupos	2708,62	3	902,87	26,040 ,000
DP	5,613	4,466	6,371	6,291	6,660	Nos grupos	9222,82	266	34,67	
IC 95%	7-10,1	9,8-12,4	12,4-15,9	15,4-17,7	12,7-14,3	Total	11931,44	269		
Baixo autocontrole										
Média	48,60	53,49	52,15	56,81	53,81	Entre grupos	2387,227	3	795,742	37,182 ,000
DP	5,53	4,24	4,06	4,59	5,54	Nos grupos	5286,129	247	21,401	
IC 95%	46,9-50,2	52,2-54,7	50,9-53,3	55,9-57,6	53,1-54,5	Total	7673,356	250		
Impulsividade										
Média	52,08	58,57	55,96	61,74	48,74	Entre grupos	5279,46	3	1759,82	24,214 ,000
DP	7,86	8,89	8,60	8,62	11,32	Nos grupos	28780,69	396	72,68	
IC 95%	50,2-53,9	56,3-60,7	54,2-57,6	60,4-63	57,1-58,9	Total	34060,16	399		
Atitude violenta										
Média	46,31	53,20	50,52	57,31	53,01	Entre grupos	6902,95	3	2300,98	23,384 ,000
DP	10,65	10,85	10,35	8,91	10,72	Nos grupos	38965,54	396	98,40	
IC 95%	43,8-48,8	50,4-55,9	48,4-52,5	55,9-58,6	51,9-54	Total	45868,48	399		
Oposição a figuras de autoridade										
Média	44,76	52,06	49,47	57,12	52,21	Entre grupos	8732,41	3	2910,80	29,464 ,000
DP	9,12	11,00	10,43	9,54	10,95	Nos grupos	39121,31	396	98,79	
IC 95%	42,6-46,9	49,3-54,8	47,3-51,5	55,6-58,5	51,1-53,2	Total	47853,73	399		
Desadaptação social										
Média	49,21	67,23	54,76	70,54	62,31	Entre grupos	30741,20	3	10247,07	207,9 ,000
DP	8,41	6,61	6,09	7,03	11,22	Nos grupos	19512,92	396	49,28	
IC 95%	47,2-51,1	65,5-68,8	53,5-55,9	69,4-71,6	61,2-63,4	Total	50254,13	399		
Agressividade Manifesta										
Média	41,45	59,46	49,70	65,49	56,33	Entre grupos	34796,92	3	11598,97	143,5 ,000
DP	8,76	9,78	9,58	8,39	12,94	Nos grupos	31991,31	396	80,79	
IC 95%	39,4-43,5	57-61,9	47,7-51,6	64,2-66,7	55-57,6	Total	66788,23	399		
Autismo										
Média	44,14	59,48	47,93	63,37	55,51	Entre grupos	26214,75	3	8738,25	103,02 ,000
DP	7,94	9,93	8,19	9,97	12,24	Nos grupos	33587,08	396	84,82	
IC 95%	42,2-46	57-61,9	46,2-49,5	61,8-64,9	54,3-56,7	Total	59801,83	399		
Índice de associabilidade										
Média	55,81	66,57	60,50	68,41	63,91	Entre grupos	9681,63	3	3227,21	52,642 ,000
DP	8,60	7,15	8,10	7,56	9,23	Nos grupos	24276,56	396	61,30	
IC 95%	53,7-57,8	64,7-68,3	58,8-62,1	67,2-69,5	63-64	Total	33958,19	399		

Destaca-se que P3 e P4 apresentam um padrão de consumo de substâncias psicoativas (em termos de frequência de uso) similar entre si (tamanho de efeito pequeno e sem diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni). A frequência é maior do que a identificada para P1 e P2 (tamanho de efeito médio a muito grande e com diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni). A frequência em P2 é maior que de P1 (tamanho de efeito médio). Para a frequência de uso de substâncias psicoativas, não há no QCJ o escore T padronizado, sendo possível apenas a comparação entre os perfis e o valor médio geral da escala.

Quanto ao autocontrole, avaliado pela EAC, todas os perfis apresentaram valores médios normativos. Em relação a diferenças entre as classes, P4 apresentou o maior escore médio – indicativo de mais baixo autocontrole (com tamanho de efeito médio a muito grande e com diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni). P2 e P3 apresentaram um escore similar (tamanho de efeito pequeno e sem diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni) e P1 apresentou o menor escore médio – indicativo menos baixo autocontrole (com tamanho de efeito médio a muito grande e com diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni). Em relação à impulsividade, P4 apresentou escore médio acima da norma. Quanto a diferenças entre os perfis, P2 e P4 apresentaram resultados similares e médias maiores que P1 e P3 (tamanho de efeito médio a muito grande e com diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni) e para as variáveis atitude violenta e oposição a figuras de autoridade P4 apresentou um resultado maior em comparação com P1, P2 e P3 (tamanho de efeito médio a muito grande e com diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni).

Quanto as variáveis avaliadas pelo IJ-R-Br, P4 apresentou pontuações médias acima da norma para Desadaptação Social, Agressividade Manifesta, Autismo e Índice de Associabilidade e P2 apresentou pontuação acima da norma para Desadaptação Social e Índice de Associabilidade. Destaca-se que P4 apresentou valores médios mais altos em comparação aos demais perfis, em todas as subescalas, seguido de P2, enquanto P1 e P3 apresentaram resultados normativos (diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni). Destaca-se ainda que ao

se analisar o tamanho de efeito, P4 apresenta os escores médios em uma magnitude maior, em comparação com P2, e que a agressividade manifesta em P2 é normativa enquanto em P4 o valor está acima da norma e com um tamanho de efeito moderado da diferença entre as classes.

Na Tabela 2 apresenta-se a caracterização geral e por perfil da frequência de adolescentes da amostra que apresentaram um “repertório deficitário em habilidades sociais” segundo a avaliação pelo IHS-A. Destaca-se que para a maior parte dos adolescentes que participaram da investigação não houve evidência da presença de um repertório deficitário em nenhuma das escalas. Apesar disso, P3 e P4 foram os perfis que apresentaram uma maior frequência de adolescentes com repertório deficitário em HSs e que a HS de desenvoltura social, seguida de empatia, autocontrole e civilidade foram, proporcionalmente, aquelas em que mais adolescentes da amostra apresentaram dificuldades.

Tabela 2

Caracterização geral e por perfil da frequência de adolescentes que apresentaram repertório deficitário em HS

	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Geral	X ²	p
Total	11%	4%	17%	20%	15%	7,871	0,049
Empatia	18%	10%	20%	23%	19%	3,519	0,318
Autocontrole	7%	4%	22%	30%	19%	20,94	0,000
Civilidade	9%	10%	20%	25%	18%	8,493	0,037
Assertividade	7%	4%	7%	16%	10%	6,822	0,078
Abordagem afetiva	15%	8%	20%	14%	14%	2,993	0,393
Desenvoltura social	18%	48%	35%	41%	36%	5,44	0,142

Na Tabela 3 apresenta-se a caracterização geral e por perfil nas variáveis sociais avaliadas, e o resultado da ANOVA unidirecional. Os resultados das comparações múltiplas entre os perfis do pós-teste de Bonferroni e os cálculos do tamanho de efeito (d de Cohen) das diferenças entre os perfis podem ser acessados dos apêndices 1 e 2, respectivamente.

Tabela 3

Caracterização geral e por perfil das necessidades interventivas sociais e ANOVA Unidirecional

	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Geral	ANOVA					
						SQ	gl	QM	F	p	
Supervisão parental											
Média	51,59	51,85	48,06	47,21	48,97	Entre grupos	1654,04	3	551,35	4,569	,004
DP	12,61	10,61	11,79	9,83	11,13	Nos grupos	47786,18	396	120,67		
IC 95%	48,7-54,6	49,2-54,5	45,7-50,4	45,7-48,7	47,8-50	Total	49440,22	399			
Investimento familiar											
Média	52,60	51,52	47,95	46,47	48,74	Entre grupos	2480,98	3	826,99	6,738	,000
DP	12,11	11,39	10,80	10,65	11,32	Nos grupos	48604,62	396	122,74		
IC 95%	49,7-55,4	48,6-54,3	45,7-50,1	44,8-48,1	47,6-49,8	Total	51085,59	399			
Apego parental											
Média	2,38	3,06	2,34	2,89	2,69	Entre grupos	7069,52	3	2356,51	21,739	,000
DP	1,4	1,7	1,5	1,6	1,6	Nos grupos	42926,42	396	108,40		
IC 95%	2,04-2,71	2,64-3,49	2,03-2,64	2,64-3,13	2,53-2,84	Total	49995,94	399			
Atraso escolar (em anos)											
Média	46,31	53,20	50,52	57,31	53,01	Entre grupos	34,60	3	11,53	4,626	,003
DP	10,65	10,85	10,35	8,91	10,72	Nos grupos	987,34	396	2,49		
IC 95%	43,8-48,8	50,4-55,9	48,4-52,5	55,9-58,6	51,9-54	Total	1021,94	399			
Vínculo escolar											
Média	53,12	51,92	49,06	47,17	49,47	Entre grupos	2234,30	3	744,77	6,415	,000
DP	8,45	9,96	11,38	11,57	10,99	Nos grupos	45973,78	396	116,10		
IC 95%	51,1-55,1	49,4-54,4	46,7-51,3	45,4-48,9	48,3-50,5	Total	48208,07	399			
Problemas de comportamento na escola											
Média	48,55	52,12	54,81	56,58	53,99	Entre grupos	3530,50	3	1176,83	14,978	,000
DP	10,90	9,82	7,94	7,97	9,32	Nos grupos	31113,34	396	78,57		
IC 95%	45,9-51,1	49,6-54,5	53,2-56,4	55,3-57,8	53-54,9	Total	34643,84	399			
Valores positivos frente à escola e aos estudos											
Média	56,11	55,83	53,10	52,04	53,64	Entre grupos	1202,73	3	400,91	5,978	,001
DP	6,79	6,68	8,72	8,90	8,34	Nos grupos	26555,49	396	67,06		
IC 95%	54,5-57,7	54,1-57,7	51,3-54,8	50,6-53,4	52,8-54,4	Total	27758,22	399			
Rotina desestruturada											
Média	46,16	50,05	54,14	58,16	53,72	Entre grupos	8266,74	3	2755,58	48,195	,000
DP	6,99	6,08	9,01	7,37	8,80	Nos grupos	22641,56	396	57,18		
IC 95%	44,5-47,8	48,5-51,5	52,3-55,9	57-59,2	52,8-54,5	Total	30908,30	399			
Pares antissociais											
Média	50,87	56,78	68,17	72,76	65,14	Entre grupos	29682,22	3	9894,07	137,864	,000
DP	7,36	11,10	8,49	7,72	12,07	Nos grupos	28419,63	396	71,77		
IC 95%	49,1-52,6	54-59,5	66,4-69,8	71,5-73,9	63,9-66,3	Total	58101,85	399			

Em relação às variáveis familiares, escolares e de rotina, todos os perfis apresentaram pontuações médias dentro da faixa de normalidade. Destaca-se que P4 e P3 apresentam um escore médio menor em comparação com P1 e P2 (diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni), estando as diferenças de maior magnitude entre P1 e P4 e entre P2 e P4 (tamanho de efeito médio).

Em relação às variáveis escolares, destaca-se, primeiramente, que a média geral da amostra em defasagem escolar foi de 2,69 anos; ao analisar o tamanho de efeito, verificou-se pouca diferença, em termos de magnitude, entre os valores médios para os perfis. Foram identificadas diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni para os perfis P2 e P4 em relação ao P3, que apresentou a menor média em defasagem escolar. Em relação às variáveis vínculo escolar e valores positivos frente à escola e aos estudos P1 e P2 apresentaram um valor médio maior em comparação a P4 (diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni), sendo as diferenças em maior magnitude entre P1 e P4 (tamanho de efeito médio). Em relação à variável problemas de comportamento no contexto escolar, P1 e P2 apresentam valores médios menores que P3 e P4 (diferenças significativas no Teste Post Hoc Bonferroni), sendo as diferenças médias de maior magnitude entre P1, que apresentou o menor valor médio e P3 e P4, que apresentaram os maiores valores médios (tamanho de efeito de médio a grande).

P4 apresentou pontuação acima da norma para pares antissociais. Além disso, nesta variável foram identificadas diferenças significativas entre todos os perfis segundo o Teste Post Hoc de Bonferroni, sendo que P1 e P2 apresentaram escores médios mais baixos, em comparação a P3 e P4 (tamanho de efeito médio a muito grande), sendo que P4 apresentou reportou mais pares antissociais que P3 (tamanho de efeito médio). Sublinha-se que esta é a única variável social em que há escores médios acima da faixa de normalidade para P4.

Discussão

O presente estudo buscou contribuir com o conhecimento acerca das necessidades interventivas que devem ser consideradas na proposição de programas de acompanhamento daqueles que são submetidos a medidas socioeducativas, tendo em vista a heterogeneidade que caracteriza os adolescentes processados e sancionados no âmbito da justiça juvenil. Para isso, buscou-se caracterizar os quatro perfis identificados por Galinari e Bazon (2021) em termos de necessidades de intervenção, considerando um rol maior de variáveis e o significado das interpretações possíveis, analisando-se necessidades interventivas específicas e gerais presentes para os perfis. No plano pessoal, o estudo se centrou em uso de substâncias psicoativas, habilidades sociais/relacionais, atitudes antissociais e controle dos impulsos/autocontrole. No plano social/comunitário, se centrou em quatro domínios: família, escola, rotina e pares. Destaca-se o alinhamento entre as variáveis avaliadas e aquelas apontadas como relevantes à compreensão do fenômeno, pelo papel que desempenham enquanto fatores de risco associados à persistência da conduta delituosa, configurando-se como sendo necessidades interventivas prioritárias no campo da justiça juvenil (Andrews & Bonta, 2010; Moffit, 2018).

A partir dos resultados foram identificadas variáveis que se configuraram como necessidades comuns aos quatro perfis e outras em necessidades específicas para cada perfil, sendo necessário um certo grau de personalização do atendimento psicossocial. Por outro lado, identificou-se também que algumas das variáveis analisadas não se configuraram como necessidades interventivas, ao menos não no quadro de medida judicial, tomando por base as pontuações em comparação à população juvenil de referência. Primeiramente, destacam-se, as necessidades que parecem comuns aos quatro perfis: o uso de substâncias psicoativas em níveis problemáticos e o atraso escolar. Começando pelo uso de substâncias, os apontamentos apoiam-se na frequência de uso verificada nos quatro perfis. A variável frequência de uso de substâncias é composta por uma somatória simples da frequência semanal que os

adolescentes relataram usar determinado tipo de substância (maconha, outras drogas e álcool). Apesar do instrumento não possuir uma norma de comparação para o uso, pode-se considerar que uma pontuação diferente de zero indica algum tipo de uso de substâncias e que uma pontuação maior é indicativa de um padrão mais grave de consumo de substâncias psicoativas.

Assim, destaca-se que a maior parte dos adolescentes relataram fazer uso de algum tipo de substâncias com uma frequência de pelo menos uma vez na semana. Segundo dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 63,2% dos adolescentes da amostra declararam a experimentação de álcool e 12,1% declararam a experimentação de outras drogas (IBGE, 2019). Também com os dados da PeNSE, Komatsu e colaboradores (2020) identificaram diferentes perfis de uso e que dois perfis, com padrão de consumo mais grave, também apresentaram maior envolvimento com situações de violência, vitimização e problemas de saúde e de saúde mental. Assim, considera-se que a necessidade interventiva visando a diminuição da frequência de uso pode ser importante para os adolescentes da amostra.

A diminuição da frequência do uso de substâncias psicoativas, então, remete a uma necessidade relevante nos quatro perfis. Ou seja, uma intervenção visando a redução do uso de substâncias psicoativas pode beneficiar muitos e diferentes adolescentes infratores e representa um foco interventivo importante para programas socioeducativos. Faz-se a ressalva de que a frequência de uso de drogas se mostra distinto entre os diferentes perfis e que as intervenções deveriam considerar essa diferença na intensidade do problema, considerando a frequência de uso e o tipo(s) de substância(s) utilizada(s) (Tait & Hulse, 2009).

Para Andrews e Bonta (2010), a intervenção nesse campo tem como foco a redução do uso abusivo das substâncias utilizadas pelo adolescente por meio do desenvolvimento de alternativas para o uso. Feldstein e Ginsburg (2006) apresentam evidências de que a utilização da entrevista motivacional no escopo da justiça juvenil pode auxiliar na diminuição do consumo de substâncias psicoativas. Os autores indicam que a entrevista motivacional é uma estratégia diretiva, que favorece

o desenvolvimento de uma motivação intrínseca para a mudança do comportamento, explorando a ambivalência frente a uma dificuldade (uso abusivo de drogas), examinando valores, interesses e preocupações individuais e auxiliando no desenvolvimento de um processo de tomadas de decisão com menos consequências negativas para o indivíduo. D'Amico et al. (2010) apontam resultados positivos ao realizarem uma intervenção baseada na entrevista motivacional, em modalidade grupal, junto a adolescentes infratores.

Focalizando a defasagem escolar, tem-se que os adolescentes avaliados no estudo apresentaram uma defasagem média escolar de mais de dois anos, em todos os perfis. Pela legislação brasileira (Lei 9.394/1996), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. O aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. O atraso escolar representando na defasagem idade-série pode representar fator de risco à continuidade do processo de escolarização, pelos entraves que podem suceder às aquisições acadêmicas e à socialização escolar, aumentando o risco de evasão e consequente rompimento do vínculo com a escola. Vale, contudo, a ressalva de que, no Brasil, mais de 7 milhões de crianças e adolescentes apresentam dois ou mais anos de atraso escolar (20% da população do ensino fundamental e ensino médio) (United Nations International Children's Emergency Fund [UNICEF], 2018). Assim, o atraso escolar não parece se constituir em nosso contexto sociocultural em uma questão específica dos adolescentes em conflito com a lei; ao contrário, para ser uma questão estrutural, relacionada ao sistema escolar. De todo modo, os programas socioeducativos não podem se eximir de também incluírem ações visando criar condições para melhorar o desempenho acadêmico dos jovens e fortalecer sua vinculação a esse contexto escolar, impedindo que a defasagem identificada se amplie (Mei et al., 2021). Nessa esteira, vale sublinhar as diferenças entre os perfis no tocante a certos aspectos da escolarização, que podem interferir – dificultado ou

facilitando o processo de intervenção nesse campo -, como problemas de comportamento e baixo vínculo escolar.

Ainda no escopo de necessidades gerais, abordam-se questões relativas às HS. Ainda que habilidades sociais não sejam consideradas uma “necessidade criminogênica”, no sentido de que problemas em HS não se constituem em preditor de implicação em atividades infracionais, entende-se que ter bom repertório pode se constituir em fator de proteção e favorecer a responsividade à intervenção psicossocial. Estudos evidenciam que adolescentes infratores apresentam um repertório em habilidades sociais deficitário quando comparados com adolescentes da população (Snow & Powell, 2007; Visioli et al., 2018). No presente estudo, observou-se que os adolescentes não se diferenciaram muito em HS e que apresentaram poucas necessidades nesse contexto, centrando-se principalmente na HS de autocontrole para uma parte deles (P3 e P4) e desenvoltura social (P2).

É importante sublinhar que se esperava que os perfis com maior comprometimento no tocante à exposição aos fatores de risco psicossociais e maior engajamento infracional (P3 e P4) apresentassem uma maior proporção de adolescentes com repertório deficitário em habilidades sociais, inclusive em consideração a apontamentos de Andrews e Bonta (2010). É preciso cogitar que o instrumento (IHS-A) empregado tenha baixa capacidade discriminativa. Pode-se hipotetizar que houve alguma dificuldade dos adolescentes em relatarem de maneira acurada a sua reação em diferentes situações sociais.

Em relação às especificidades de cada perfil, tem-se que P1 se destacou por apresentar caracterizar-se como “normativo” nas variáveis nas quais foram avaliados, o que seria indicativo do fato de não apresentar problemáticas em níveis significativamente diferentes do da população de jovens, que justificassem seu acompanhamento em um quadro socioeducativo. Essa constatação confirma que P1 reuniu adolescentes muito semelhantes aos da população geral, apresentando padrão de conduta infracional normativo (Galinari & Bazon, 2021), sendo que as suas necessidades apresentadas seriam aquelas mais gerais relacionadas ao uso de substâncias e à defasagem escolar.

Quanto ao P2, para além das necessidades gerais, destacaram-se necessidades no âmbito da orientação antissocial, devido às altas pontuações nas escalas do IJ-R-Br Desadaptação Social e Índice de Associabilidade. Essas escalas são indicativas de crenças/valores e atitudes favoráveis à adoção de comportamentos antissociais, assim como da presença de sentimentos de inadequação em contextos pró-sociais (Costa et al., 2020). Essa seria a principal característica do perfil, denotando, talvez, a existência de um subgrupo de adolescentes cuja problemática central parece remeter a uma socialização em contextos criminalizados (com aprendizagens de crenças e valores pró-criminais). Para Andrews e Bonta (2010), atitude favorável a comportamentos antissociais ou “pró-criminais” (e atitude negativa frente à lei e às figuras de autoridade), se pauta em crenças/valores que justificam a conduta delituosa. Alinhando-se a isso, chama a atenção, também, que esse perfil se caracterizou por apresentar o maior atraso escolar médio da amostra e a maior concentração de jovens com repertório deficitário na HS de desenvoltura social.

Assim, em termos de necessidades interventivas específicas, no plano individual, adolescentes com esse perfil deveriam receber uma intervenção visando alterações nas crenças/valores e atitudes antissociais, e o desenvolvimento de uma identidade pró-social. Intervenções de reestruturação cognitiva e de resolução de problemas podem auxiliar na modificação desta “cognição antissocial” (Biggam & Power, 2002; Rodrigues et al., 2010). Lipsey (2009), indica em sua meta-análise que programas cognitivo-comportamentais para adolescentes infratores, que abarcam a reestruturação cognitiva e resolução de problemas, auxiliam na redução da reincidência infracional.

No que concerne ao P3, destaca-se que a única necessidade interventiva específica apresentada foi a afiliação a pares antissociais acima da norma. Pode-se pensar que P3 pode apresentar necessidades interventivas não avaliadas no presente estudo, uma vez que remete a um perfil engajamento infracional mais importante (Andrews & Bonta, 2010). Além disso, pode-se hipotetizar que os itens que compõem as medidas avaliadas com o QCJ, especificamente, apresentam pouco

poder discriminativo, sobretudo no tocante aos aspectos sociais, nos quais não se denotaram diferenças entre os perfis, à exceção da escala “pares antissociais”. Cumpre ponderar que o QCJ foi desenvolvido para avaliar tais fatores em adolescentes da população e que as questões são de autorrelato, e demandam a capacidade de o adolescente autoanalisar com relação a situações relacionais, adotando algum parâmetro ou critério de julgamento. Assim, é possível que suas escalas sejam menos sensíveis e menos pertinentes a infratores. Nessa esteira, sublinha-se as que as pontuações de P3 nas dimensões familiares e escolares ficaram dentro da faixa de normalidade estatística, ainda que as suas médias tenham sido as mais baixas, denotando alguma diferença nas relações no âmbito dessas instituições sociais, para pior, para esse perfil.

Já em P4, destacar-se-iam necessidades interventivas em vários domínios avaliados. Em termos do funcionamento psicológico, P4 se caracterizou por apresentar pontuações significativamente mais elevadas, fora da faixa de normalidade estatística, em *Desadaptação Social*, *Agressividade Manifesta*, *Autismo* e *Índice de Associabilidade*. Essas seriam indicativas de uma orientação preponderantemente antissocial (em maior intensidade que a apresentada em P2); de uma tendência a perceber a realidade de forma distorcida, em benefício próprio (típica de tomadas de perspectivas egocentradas); de uma tendência a sentir-se incapaz de controlar as próprias emoções e ações; e da presença de sentimentos negativos, especialmente a raiva, de maneira constante (Costa et al., 2020). Alinhando-se a esses indicativos, nesse perfil, se verificaram, ainda, pontuações significativamente mais elevadas (e acima da norma) na escala de *Impulsividade* (avaliada pelo QCJ) e em baixo autocontrole (avaliada pela EAC). Tais aspectos em conjunto indicam uma necessidade interventiva, em nível pessoal, mais complexa, com foco tanto nos valores/crenças e as atitudes antissociais, a exemplo do mencionado para o P2, quanto em aspectos relativos ao controle dos impulsos e gestão das emoções negativas.

Pode-se dizer que, no plano pessoal, a intervenção para o desenvolvimento de um maior controle dos impulsos seria uma necessidade interventiva que beneficiaria principalmente os adolescentes de P4.

Para Andrews e Bonta (2010), os indicadores de um padrão de personalidade que funciona como fator de risco para o engajamento na prática de delitos relaciona-se com os traços de impulsividade, busca por sensações, agressividade/irritabilidade e dificuldade para regular o próprio comportamento. A intervenção sobre esses fatores de risco/necessidades envolveria estratégias visando desenvolver habilidades de autocontrole/autogestão do comportamento e o manejo da raiva. Essas intervenções podem ser realizadas por meio do ensino de habilidades relacionadas à regulação emocional (Macedo & Sperb, 2013; Silva & Freire, 2014) e do desenvolvimento da capacidade de prever consequências para o próprio comportamento (Dittrich, 2010). Esses focos de intervenção vêm se confirmando como conteúdos incontornáveis aos programas de intervenção com adolescentes infratores, visando a diminuição da reincidência infracional (Basto-Pereira & Farrington, 2022; Lipsey, 2009).

Em nível social, P4 se caracterizou por apresentar pontuações mais altas e acima da faixa normativa para pares antissociais. Além disso, apresentou os valores médios mais baixos em apego parental, supervisão parental, investimento familiar, vínculo escolar e valores positivos frente à escola e aos estudos (semelhantemente a P3), ainda que dentro da faixa normativa.

Conforme o já mencionado, chama a atenção o fato de as avaliações feitas não terem evidenciado significâncias nas variáveis familiares e escolares, como se as variáveis nesse escopo não representassem necessidades interventivas na amostra geral. Tendo em vista robustas evidências de que tais aspectos envolvem fatores de risco e necessidades interventivas importantes (Basto-Pereira & Farrington, 2022; Moffit, 2018) deve-se novamente sublinhar a possível baixa sensibilidade do instrumento empregado, sobretudo no tocante às escalas sociais.

Assim, não se pode descartar que para os adolescentes, sobretudo aqueles com maior nível de engajamento em prática de infrações/delitos, sejam necessárias intervenções com foco na melhoria dos laços com as instituições sociais, família e escola. O mesmo se pode mencionar quanto a intervenções que visem o estabelecimento de uma

rotina de atividades convencionais em contextos pró-sociais para que os adolescentes interajam e se relacionem com pares pró-sociais.

Segundo Andrews e Bonta (2010), os focos de intervenção familiar deveriam ser, nesse contexto, a promoção de habilidades parentais adequadas, focalizando a melhor comunicação pais/cuidadores-adolescente, e o desenvolvimento de relações mais próximas, com mais demonstração de afeto e cuidado. Nessa esteira, vale ressaltar que na meta-análise realizada por Curtis et al. (2004), destaca-se que uma maior efetividade da intervenção com adolescentes infratores, com melhores resultados relativos à diminuição da reincidência, dá-se quando se adota uma estratégia multisistêmica de intervenção, tendo como foco não só aspectos individuais, mas também os sociais-comunitários. Já as intervenções no contexto escolar, que visem melhorar o vínculo escolar e a diminuição de problemas de comportamento nesse contexto, segundo os autores, passam não apenas pela melhoria do desempenho acadêmico, aspecto importante para adolescentes de todos os perfis, mas por promover o desenvolvimento, nos adolescentes, de uma capacidade de resolução de problemas no ambiente escolar (Andrews & Bonta, 2010). As intervenções no nível da rotina e dos pares antissociais, por sua vez, remetem a processos interventivos complementares às intervenções nas relações familiares e escolares. De todo modo, ações visando favorecer a participação do adolescente em atividades recreacionais, hobbies pró-sociais/atividades esportivas também podem ajudar na reestruturação da rotina dos adolescentes e na sua maior socialização com pares pró-sociais. Quanto à frequência de pares antissociais, Andrews e Bonta (2010) indicam que o objetivo interventivo principal é criar condições para uma gradativa substituição desses por colegas/amigos pró-sociais, aspecto que talvez se processe no bojo de aquisições no plano da rotina e da escola, assim como no das habilidades sociais supramencionadas. Quanto à rotina desestruturada, sendo essa marcada por muito tempo ocioso, vazio em conteúdo e em oportunidade de aprendizagem, e ausência de supervisão de adultos, o objetivo principal é o promover gradativamente melhora em sua estrutura, amentando o investimento de tempo e psicológico, por parte do adolescente, em atividades que

se constituam em oportunidades de aprendizagens e de frequentações pró-sociais. Para tanto, há que existir, nas comunidades concretas, em que vivem os adolescentes, a oferta de atividades, lembrando que essas dependem, em boa medida, de políticas públicas de lazer, cultura e esporte para a juventude.

Os resultados obtidos contribuem para a reflexão acerca de quais podem ser os principais focos da intervenção psicossocial no âmbito do acompanhamento socioeducativo, considerando as diferentes necessidades dos adolescentes em conflito com a lei. Primeiramente, o estudo confirma a existência de uma heterogeneidade dos adolescentes inseridos no sistema de justiça juvenil, com relação não somente ao nível de engajamento em prática de infrações, mas com relação às necessidades interventivas. Também indica que apesar de existirem fatores bem conhecidos em seu potencial para aumentar as chances de um adolescente se envolver e se manter implicado com a prática de infrações, esses não se apresentam da mesma forma para todos os adolescentes que apresentam um padrão de conduta infracional grave, caracterizado por indicadores atinentes a uma conduta delituosa persistente. Assim, denota que diferentes padrões de conduta delituosa podem ser mantidos por diferentes conjuntos de fatores, o que corrobora a literatura, na área.

Há estudos que indicam que para um subgrupo de adolescentes infratores a dimensão pessoal/psicológica tem pouca relevância e que, para esses, as variáveis sociais teriam um peso explicativo maior (Alarcón et al., 2014; Galinari & Bazon, 2020). Há também estudos que mostram que os adolescentes que apresentam problemas tanto pessoais/psicológicos, quanto sociais/relacionais, são os que apresentam maior engajamento infracional e estão em maior risco de persistência (Maneiro et al., 2022; Mei et al., 2021). Nesse sentido, os resultados identificados reforçam o que é indicado pela literatura e pelas diretrizes legais vigentes, que destacam a importância de o acompanhamento dispensado aos adolescentes ser personalizado, ou seja, ser ajustado às necessidades e às dificuldades de cada adolescente (SINASE, 2012).

É importante apontar alguns limites relacionados ao alcance da pesquisa e quanto a sua generalização. Um deles refere-se à composição amostral. O sistema socioeducativo preconiza seis tipos de medidas diferentes em severidade (relacionado ao grau de restrição/privação de liberdade). A amostra foi composta preponderantemente por adolescentes que estavam em unidades de internação e internação provisória. Considerando que essas executam medidas que são mais restritivas de liberdade, que, em tese, são direcionadas a adolescentes apresentando uma problemática infracional mais grave, é possível hipotetizar que um estudo semelhante com uma amostra com maior representatividade, identificaria uma maior concentração de adolescentes em classes com um padrão de conduta delituosa menos grave, ao contrário do que foi identificado no presente estudo.

Ademais, levantamentos do SINASE apontam que a porcentagem de adolescentes internados possui uma grande variação em diferentes estados, sendo o estado de São Paulo o terceiro do país com maior taxa de adolescentes internados (SINASE, 2012). Então a generalização desses resultados para outros estados também é limitada pela característica da amostra. De todo modo, é importante sublinhar que mesmo se tendo trabalhado com dados de uma amostra que, em tese, teria uma problemática infracional mais grave, verificou-se heterogeneidade e, com isso, se observou perfis diferenciados em termos de necessidades interventivas.

É também importante ressaltar que a caracterização dos perfis se ateve a certas variáveis, sendo essas condicionadas às qualidades dos instrumentos empregados. Seria interessante a análise dos perfis em relação a outras variáveis, apontadas em outros estudos como importantes em relação às necessidades interventivas, como aspectos relacionados a questões de saúde mental (Barnes-Lee, 2020; Mei, et al., 2021), aspectos cognitivos (relativos à inteligência e/ou dificuldades específicas de aprendizagem) e de gestão da raiva (Andrews & Bonta, 2010).

A despeito das fragilidades metodológicas, um dos méritos do estudo está nesse campo, ao se esforçar em empregar maiormente

medidas com parâmetros de interpretação, a partir de dados da população de jovens. Quanto à proposição de pesquisas futuras, investigações que repliquem o método adotado em amostras maiores e representativas, agregando as variáveis indicadas, assim como fatores de proteção, podem ser capazes de identificar tipologias mais robustas e contribuir com o conhecimento da área. Além disso, pode ser interessante também replicar o estudo em uma amostra independente de adolescentes infratores para avaliar se os resultados encontrados se mantêm. Por fim, considerando as diferentes necessidades interventivas que o presente estudo identificou, seria importante investigações que se proponham a implementar e a avaliar protocolos de intervenção considerando a possível heterogeneidade em meio aos adolescentes infratores, seja para intervenções diferenciais, seja para considerar/avaliar os resultados das intervenções considerando que diferentes perfis podem responder de maneira diferente às intervenções propostas.

Referências

- Alarcón, P., Pérez-Luco, R., Wenger, L., Chesta, S., Lagos, L. Salva, S., Báez, C., & Berríos, C. (2014). *Manual de Evaluación Diferenciada*. Ediciones Universidad de La Frontera.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The Psychology of Criminal Conduct*. Newark.
- Barnes-Lee, A. R. (2020). Development of protective factors for reducing juvenile reoffending: A strengths-based approach to risk assessment. *Criminal Justice and Behavior*, 47(11), 1371-1389. <https://doi.org/10.1177/0093854820949601>
- Bazon, M. R., & Galinari, L. S. (2017). Psychological profiles of Brazilian adolescent offenders. *International Annals of Criminology*, 55(2), 158-171. <https://doi.org/10.1017/cri.2018.3>
- Biggam, F. H., & Power, K. G. (2002). A controlled, problem-solving, group-based intervention with vulnerable incarcerated young offenders. *International Journal of Offender Therapy*

- and Comparative Criminology*, 46(6), 678-698. <https://doi.org/10.1177/0306624X02238162>
- Campbell, C. A., Miller, W., Papp, J., Barnes, A. R., Onifade, E., & Anderson, V. R. (2019). Assessing Intervention Needs of Juvenile Probationers: An Application of Latent Profile Analysis to a Risk–Need–Responsivity Assessment Model. *Criminal Justice and Behavior*, 46(1), 82-100. <https://doi.org/10.1177/0093854818796869>
- Costa, R. C. S., Komatsu, A. V., De Oliveira, A. B. M., & Bazon, M. R. (2019). Psychological assessment in juvenile offenders: reliability and validity of Inventário de Jesness - revisado brasileiro. *Psico (PUCRS. Online)*, 50, 32336. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.3.32336>
- Costa, R. C. S., Komatsu, A. V., Galinari, L. S., & Bazon, M. R. (2020). Desenvolvimento da Versão Reduzida do Inventário de Jesness - Revisado Brasileiro. *Avaliação Psicológica*, 19(2), 113-122. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1902.01>
- Cuervo, K., Villanueva, L., & Basto-Pereira, M. (2020). Prediction of Youth and Adult Recidivism Among Spanish Juveniles Involved in Serious Offenses. *Criminal Justice and Behavior*, 47(4), 399-418. <https://doi.org/10.1177/0093854819897282>
- D'Amato, C., Campbell, C. A., Papp, J., & Miller, W. (2021). Profile Analysis and Risk Assessment: Identifying Distinct Patterns of Risks and Needs. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 19(4), 423-444. <https://doi.org/10.1177/15412040211012467>
- D'Amico, E. J., Osilla, K. C., & Hunter, S. B. (2010). Developing a Group Motivational Interviewing Intervention for Adolescents At-Risk for Developing an Alcohol or Drug use Disorder. *Alcoholism Treatment Quarterly*, 28(4), 417-436. <https://doi.org/10.1080/07347324.2010.511076>
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2009). *Inventário de habilidades sociais para adolescentes (IHSA-Del Prette): Manual de aplicação, apuração e aplicação*. Casa do Psicólogo.

- Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Perspectivas*, 1(1), 44-54. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482010000100007
- Feldstein, S., & Ginsburg, J. (2006). Motivational interviewing with dually diagnosed adolescents in juvenile justice settings. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 6(3), 218-233. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1093/brief-treatment/mhl003>
- Galinari, L. S., & Bazon, M. R. (2021). Criminal Behavior and Psychosocial Risk Factors in Brazilian Adolescent Offenders: An Exploratory Latent Class Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(19), 10509. <https://doi.org/10.3390/ijerph181910509>
- Galinari, L., & Bazon, Marina. (2020). Tipologias em delinquência juvenil: uma revisão de literatura. *Revista de Psicologia*, 38(2), 577-612. <https://doi.org/10.18800/psico.202002.009>
- Gouveia, V. V., dos Santos, W. S., Guerra, V. M., Fonseca, P. N., & Gouveia, R. S. V. (2013). Escala de autocontrole: adaptação brasileira e evidências de validade de constructo. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 379-386. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300013
- Haqanee, Z., Peterson-Badali, M., & Skilling, T. (2015). Making “What Works” Work: Examining Probation Officers’ Experiences Addressing the Criminogenic Needs of Juvenile Offenders. *Journal of Offender Rehabilitation*, 54(1), 37-59. <https://doi.org/10.1080/10509674.2014.980485>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2019). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019*. IBGE
- Komatsu, A. V., Costa, R. C. S., Galinari, L. S., Carpio, R., & Bazon, M. R. (2020). Substance use and involvement in situations of violence: A typological study of a Brazilian population-based sample. *International Annals of Criminology*, 57(1), 1-23. <https://doi.org/10.1017/cri.2020.3>

- Komatsu, A. V., Costa, R. C. S., Salgado, F. S., & Bazon, M. R. (2021). Evidências de precisão e de validade do Questionário sobre Comportamentos Juvenis (QCJ). *Perspectivas em Psicologia*, 24(2). <https://doi.org/10.14393/PPv24n2a2020-46620>.
- Lei N.º 9.394 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
- Lipsey, M. (2009). The Primary Factors that Characterize Effective Interventions with Juvenile Offenders: A Meta-Analytic Overview. *Victims and Offenders*, 4(2), 124-147. <https://doi.org/10.1080/15564880802612573>
- Lowenkamp, C., & Latessa, E. (2004). Understanding the risk principle: How and why correctional interventions can harm low-risk offenders [Technical report]. 3-8. <https://correctiveservices.dcj.nsw.gov.au/documents/Risk-principal--accessible-442577.pdf>
- Macedo, L. S. R., & Sperb, T. M. (2013). Regulação de emoções na pré-adolescência e influência da conversação familiar [Emotional regulation in preadolescence and the influence of family conversation]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 133-140. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000200002>
- Maneiro, L., Argudo, L., & Gómez-Fraguela, X. (2022). Risk profiles in a Spanish sample of juvenile offenders: implications for risk assessment and management. *Psychology, Crime & Law*, 29(10), 1142-1160. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2022.2055757>
- Mei, X., Hamilton, Z., Kowalski, M., & Kigerl, A. (2021). Redesigning the Central Eight: Introducing the M-PACT Six. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 1-26. <https://doi.org/10.1177/15412040211014264>
- Moffitt, T. E. (2018). Male antisocial behaviour in adolescence and beyond. *Nature Human Behaviour*, 2(3), 177-186. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0309-4>
- Pappas, L. N., & Dent, A. L. (2021). The 40-year debate: a meta-review on what works for juvenile offenders. *Journal of Experimental Criminology*. <https://doi.org/10.1007/s11292-021-09472-z>.

- Rodrigues, M. C., Dias, J. P., & Freitas, M. F. R. L. (2010). Resolução de problemas interpessoais: Promovendo o desenvolvimento sociocognitivo na escola. *Psicologia em Estudo*, 15, 831-839. <https://www.scielo.br/j/pe/a/cwjJhxrhB9xJHjjzL4xbrDk/abstract/?lang=pt#>
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. (2012). *Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. CONANDA.
- Snow, P., & Powell, M. (2007). Oral Language Competence, Social Skills and High-risk Boys: What are Juvenile Offenders Trying to Tell us? *Children & Society*, 22(1), 16-28. <https://doi.org/10.1111/j.1099-0860.2006.00076.x>
- Tait, R., & Hulse, G. (2009). A systematic review of the effectiveness of brief interventions with substance using adolescents by type of drug. *Drug and Alcohol Review*, 22(3), 337-346. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/0959523031000154481>
- United Nations International Children's Emergency Fund. (2018). Panorama da Distorção Idade-Série No Brasil. https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf
- Viljoen, J. L., Cochrane, D., & Jonnson, M. (2018). Do risk assessment tools help manage and reduce risk of violence and reoffending? A systematic review. *Law and Human Behavior*, 42(3). <https://doi.org/10.1037/lhb0000280>
- Visioli, M. M. M. R., Campos, J. R., Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2018). Repertório de habilidades sociais e atraso escolar em adolescentes em conflito com a lei. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(2), 118-140. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200008

Apêndices

Apêndice 1

Diferenças identificadas Teste Post Hoc Bonferroni comparações múltiplas ($p < 0,05$) por classe

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
Frequência uso de drogas	3, 4	4	1	1, 2
Score total baixo autocontrole	2, 3, 4	1, 4	1, 4	1, 2, 3
Impulsividade	2, 3, 4	1	1, 4	1, 3
Atitude violenta	2, 3, 4	1, 4	1, 4	1, 2, 3
Oposição a figuras de autoridade	2, 3, 4	1, 4	1, 4	1, 2, 3
Desadaptação social	2, 3, 4	1, 3, 4	1, 2, 4	1, 2, 3
Agressividade Manifesta	2, 3, 4	1, 3, 4	1, 2, 4	1, 2, 3
Autismo	2, 3, 4	1, 3, 4	1, 2, 4	1, 2, 3
Índice de associabilidade	2, 3, 4	1, 3	1, 2, 4	1, 3
Supervisão parental	4	4		1, 2
Investimento familiar	3, 4	4	1	1, 2
Apego parental	2, 3, 4	1, 4	1	1, 2
Atraso escolar (em anos)		3	2, 4	3
Vínculo escolar	4	4		1, 2
Problemas de comportamento na escola	3, 4	4	1	1, 2
Valores positivos frente à escola e aos estudos	4	4		1, 2
Rotina desestruturada	2, 3, 4	1, 3, 4	1, 2, 4	1, 2, 3
Pares antissociais	2, 3, 4	1, 3, 4	1, 2, 4	1, 2, 3

Apêndice 2

Tamanho de efeito identificadas por meio do d de Cohen comparado as classes entre si

	1x2	1x3	1x4	2x3	2x4	3x4
Frequência uso de drogas	-0,50	-0,93	-1,34	-0,55	-1,01	-0,39
Score total baixo autocontrole	-0,99	-0,73	-1,62	0,32	-0,75	-1,08
Impulsividade	-0,77	-0,47	-1,17	0,30	-0,36	-0,67
Atitude violenta	-0,64	-0,40	-1,12	0,25	-0,41	-0,70
Oposição a figuras de autoridade	-0,72	-0,48	-1,32	0,24	-0,49	-0,76
Desadaptação social	-2,38	-0,75	-2,75	1,96	-0,49	-2,40
Agressividade Manifesta	-1,94	-0,90	-2,80	1,01	-0,66	-1,75
Autismo	-1,71	-0,47	-2,13	1,27	-0,39	-1,69
Índice de associabilidade	-1,36	-0,56	-1,56	0,79	-0,25	-1,01
Supervisão parental	-0,01	0,30	0,40	0,34	0,45	0,08
Investimento familiar	0,09	0,41	0,54	0,32	0,46	0,14
Apego parental	0,55	0,90	1,18	0,33	0,61	0,29
Atraso escolar (em anos)	-0,44	0,03	-0,33	0,45	0,11	-0,35
Vínculo escolar	0,13	0,41	0,59	0,27	0,44	0,16
Problemas de comportamento na escola	-0,34	-0,66	-0,84	-0,30	-0,50	-0,22
Valores positivos frente à escola e aos estudos	0,04	0,39	0,51	0,35	0,48	0,12
Rotina desestruturada	-0,59	-0,99	-1,67	-0,53	-1,20	-0,49
Pares antissociais	-0,63	-2,18	-2,90	-1,15	-1,67	-0,57

Recibido: 04/03/2024

Revisado: 04/11/2024

Aceptado: 21/11/2024